

Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 13

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Metanol na pauta do Senado 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Gastos tributários não são a bala de prata do ajuste fiscal (Artigo) 5

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STF vai julgar benefício fiscal de R\$ 20 bi a defensivo 6

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Valor do salário mínimo nacional cresceu 7,5% em 2025; confira 7

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Queda da fome mostra sucesso de política pública" 8

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Inventário: conta no exterior pode ser duplamente tributada 10

O GLOBO ONLINE - RJ - POLITICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Emendas, anistia, ativismo judicial: veja o que pensam os cotados para a vaga de Barroso no STF 11

PORTAL TERRA - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A fome é uma escolha política , afirma Lula em artigo de opinião publicado no jornal Libération 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

China reage a ameaças de Trump e fala em "medidas correspondentes" 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Interdição de refinaria eleva arrecadação de Estados 16

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Os custos do imprevisto na política fiscal - SERGIO LAMUCCI 17

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Relator quer evitar "jabutis" em MP do Brasil Soberano 19

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Sob pressão fiscal, União lança mais programas com subsídios (Editorial) 20

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Unimed-Rio fecha acordo com a PGFN para liquidar dívida de R\$ 2bilhões 22

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

Alckmin está otimista para redução de tarifa 24

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Estratégia de tarifas dos EUA e crise política na França aumentam riscos (Artigo)
..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

A armadilha da busca por receita - HENRIQUE MEIRELLES..... 27

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Tensão fiscal abala moedas fortes e reforça apelo do ouro..... 28

Metanol na pauta do Senado

WAL LIMA

O Senado Federal será o principal palco das discussões sobre a crise do metanol na próxima quarta-feira. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em conjunto com a de Direitos Humanos (CDH), realiza audiência pública para debater o surto de intoxicação causado por bebidas adulteradas, que já resultou em mortes e expôs falhas graves de fiscalização no país.

A iniciativa partiu do senador e médico Nelsinho Trad (PSD-MS), que alertou para a ausência de rastreabilidade nacional no setor.

Segundo ele, o sistema Sicobe, que monitorava a produção por meio de marcadores digitais, foi descontinuado pela **Receita Federal** em 2016 e substituído por selos físicos da Casa da Moeda, vulneráveis à falsificação.

Trad propôs o convite a representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), **Receita Federal**, Ministério da Saúde, Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), Polícia Federal, Conselho Federal de Química, Agência Nacional do Petróleo (ANP), Ministério da Agricultura, Instituto de Defesa do Consumidor (Idec) e de entidades do setor produtivo, como Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel) e Associação Brasileira de Bebidas (Abrabe). Também deverá participar o vice-ministro da Indústria e Comércio da República Dominicana, Ramón Pérez Fermin, cujo país superou crise semelhante com o uso de rastreabilidade tecnológica.

O senador defendeu a adoção de medidas conjuntas e tecnológicas para coibir a produção clandestina e fortalecer a confiança do consumidor. "É fundamental garantir fiscalização efetiva e assegurar que a saúde pública esteja sempre em primeiro lugar", afirmou o parlamentar ao Correio.

Enquanto o Senado se mobiliza, a Câmara dos Deputados segue sem discutir o tema. Procurada, a presidência da Comissão de Indústria, Comércio e Serviços (CICS) informou que não há nenhuma ação em andamento sobre o assunto. A falta de articulação ocorre mesmo com projetos em tramitação que tratam da falsificação de bebidas.

Entre as propostas paradas, está o Projeto de Lei 2.307/2007, que torna a falsificação de bebidas alcoólicas crime hediondo, com penas de seis a 12

anos de reclusão. O texto teve pedido de urgência aprovado recentemente, mas o debate ainda não foi retomado, apesar da gravidade do surto.

Nos bastidores do Congresso, parlamentares reconhecem que o tema precisa avançar com urgência.

O líder do PSD no Senado, Otto Alencar (BA), afirmou que a crise do metanol "é um sinal de que o país perdeu o controle da rastreabilidade de produtos de alto risco sanitário".

Já a senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS) cobrou maior integração entre os ministérios e defendeu punições mais severas aos fabricantes clandestinos. "Estamos tratando de vidas, não apenas de mercado", disse a senadora.

Ação conjunta

Diante do agravamento da crise, o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, criou um comitê informal para coordenar o enfrentamento ao problema. O grupo reúne autoridades federais e representantes do setor de bebidas para acelerar a troca de informações e definir protocolos conjuntos de fiscalização. A Polícia Federal foi acionada para investigar a origem do metanol, sem descartar o uso indevido de insumos industriais.

O governo também avalia retomar a rastreabilidade digital, com o uso de selos inteligentes e marcadores criptográficos, em parceria com a **Receita Federal**, a Anvisa, o Ministério da Saúde e a Senacon.

A proposta busca substituir o antigo sistema Sicobe, extinto há quase uma década. Técnicos dos ministérios envolvidos defendem que o novo modelo tenha caráter duplo - tributário e sanitário -, de modo a dificultar tanto o contrabando quanto a adulteração.

Nos estados, as ações de fiscalização foram intensificadas. Em São Paulo, onde há o maior número de casos confirmados de contaminação (25, dado mais recente), 51 pessoas foram presas desde o início do ano, 30 delas apenas a partir do fim de setembro. As operações resultaram na apreensão de milhares de garrafas adulteradas, maquinário e lacres falsificados em cidades, como Hortolândia e Tatuí. O governo paulista também mantém um gabinete de crise, com participação da Polícia Civil, do Procon e da Vigilância Sanitária estadual.

O Procon-SP reforçou as inspeções por meio da operação De Olho no Copo, que mobilizou 400 agentes em mil estabelecimentos.

Foram registradas irregularidades administrativas em 42 locais, mas sem indícios de contaminação por metanol. Segundo o órgão, a atuação conjunta com as vigilâncias municipais e o Ministério Público deverá ser ampliada para as próximas semanas.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7910/13-10-2025.html?all=1>

Gastos tributários não são a bala de prata do ajuste fiscal (Artigo)

Cláudio Adilson Gonzalez

Economista e diretor-presidente da Vértice Macroeconomia, foi cofundador da MCM Consultores, consultor do Banco Mundial, subsecretário do Tesouro Nacional e chefe da Assessoria Econômica do Ministério da Fazenda

Na tribuna ou em entrevistas à imprensa, o parlamentar estufa o peito e vocifera: "Para resolver o problema fiscal basta acabar com os gastos tributários, que já superam R\$ 600 bilhões ao ano e atendem aos interesses das classes privilegiadas". A retórica até parece convincente, mas o diagnóstico é enganoso, ou, no mínimo, exagerado.

Nos anexos ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) de 2026, realmente há quadros preparados pela Secretaria da **Receita Federal** (SRF) que estimam em R\$ 613 bilhões (4,53% do **PIB** projetado) as renúncias fiscais do governo federal, impropriamente chamadas de Gastos Tributários (GT). Mas há muita espuma nesse número.

Um exemplo do exagero das estimativas dos GT é o valor atribuído ao Simples Nacional (SN) e ao Microempreendedor Individual (MEI): R\$ 145,6 bilhões, em 2026. O cálculo da SRF considera a diferença entre o valor que essas empresas pagariam se fossem tributadas pelas alíquotas cheias aplicadas aos contribuintes com faturamento anual superior a R\$ 4,8 milhões e o imposto devido uma vez enquadrados nesses regimes tributários simplificados. Como grande parte é composta por micro e pequenas empresas, se fossem submetidas à tributação normal, muitas não se viabilizariam ou partiriam para a informalidade. Ou seja, esse valor da renúncia fiscal é ilusório.

Há também renúncias fiscais politicamente difíceis de serem removidas ou reduzidas, tais como: agricultura e agroindústria; isenção de poupança e títulos de crédito imobiliários e do agro-negócio; Zona Franca de Manaus, que acabou de ser prorrogada até 2074 (Lei Complementar n.º 214/25); organizações isentas ou imunes de Imposto de Renda, como templos de qualquer culto, sindicatos e instituições de educação e assistência social; fundos regionais de desenvolvimento, entre outros. A soma das renúncias fiscais do SN e do MEI com as citadas neste parágrafo é de R\$ 380,7 bilhões, ou seja, 62% do total de GT

previstos para 2026.

E nem todas as renúncias fiscais favorecem a população de alta renda. Algumas aliviam a carga tributária das classes de renda média e baixa, o que também gera grandes dificuldades políticas para serem extintas ou reduzidas. Cito aqui alguns exemplos, que, somados, correspondem a R\$ 129,2 bilhões dos GT previstos para 2026: deduções do rendimento tributável no Imposto de Renda das pessoas físicas; aposentadoria por moléstia grave ou acidente; parcela isenta de aposentadoria para beneficiários acima de 65 anos; seguros e pecúlios por morte ou invalidez; indenizações por rescisão de contrato de trabalho; e benefícios de educação e saúde prestados pelas empresas a seus empregados.

A cansativa numerologia citada neste artigo soma R\$ 510 bilhões, 83% das renúncias de receita previstas no Ploa/2026. Como se vê, GT não são a bala de prata para o ajuste fiscal.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

STF vai julgar benefício fiscal de R\$ 20 bi a defensivo

O Supremo Tribunal Federal (STF) marcou para quinta-feira (16/10) o julgamento de duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs 5553 e 7755) que contestam a concessão de incentivos fiscais aos agrotóxicos que a indústria de defensivos agrícolas comercializa no país. O ministro Edson Fachin é o relator das ações.

O julgamento ocorrerá em um momento em que o governo federal busca opções para aumentar a arrecadação de **impostos**. Na última quarta-feira (8/10), o Congresso Nacional derrubou a Medida Provisória 1.303/2025, que previa a taxaço de investimentos e poderia render quase R\$ 20 bilhões aos cofres públicos em 2026.

O eventual fim de incentivos fiscais e isenções tributárias sobre a comercialização de agrotóxicos no país poderia gerar um custo adicional de R\$ 20,8 bilhões ao ano aos agricultores brasileiros, segundo cálculos que o Ministério da Agricultura apresentou ao STF no ano passado. Estimativa que **Receita Federal** apresentou ao Supremo, por sua vez, diz que cada ponto percentual de IPI a ser cobrado dos agrotóxicos poderia gerar arrecadação anual de R\$ 995 mil aos cofres públicos.

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, manifestou-se

contra os pedidos para derrubar os benefícios fiscais aos defensivos agrícolas. Segundo a PGR, as isenções e desonerações não são um incentivo ao aumento do consumo desses produtos. Ainda de acordo com o parecer, o fim das desonerações poderia ter um impacto direto sobre os custos dos alimentos para os consumidores.

A ADI 5553, de 2016, e a ADI 7755, de 2024, contestam trechos do Convênio 100/1997 do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) que reduzem em 60% a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas saídas de insumos agropecuários específicos. As ações miram também em normas do decreto 7.660/2011, que beneficiam esses produtos com a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Em manifestações ao STF, presidência da República,

Advocacia-Geral da União e Ministério da Agricultura já haviam defendido a constitucionalidade das medidas. Mesmo assim, há receio no setor produtivo e na indústria de defensivos agrícolas. O ministério já havia alertado o Supremo de que o eventual fim das desonerações benefício fiscal não reduzirá o uso de agrotóxicos. (RW)

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Valor do salário mínimo nacional cresceu 7,5% em 2025; confira

Colaboração para o UOL

O novo salário mínimo nacional foi creditado nas contas dos trabalhadores pela primeira vez em fevereiro, com o valor ajustado para R\$ 1.518,00.

Embora o reajuste tenha entrado em vigor em janeiro, o pagamento só foi realizado em fevereiro porque os salários são liquidados no mês seguinte ao trabalho. Dessa forma, a atualização passa a constar no contracheque desse período.

O salário mínimo representa o valor mensal mínimo que um trabalhador pode receber pelo exercício de suas funções remuneradas. Ele serve como referência para o pagamento de benefícios previdenciários, assistenciais e trabalhistas oferecidos pelo governo federal.

O reajuste para R\$ 1.518,00 corresponde a um aumento de R\$ 106, o que equivale a 7,5%, ficando acima da **inflação** do período. Mesmo assim, os valores foram limitados devido a cortes de gastos aprovados no final de 2024.

Anteriormente, o cálculo do salário mínimo considerava a reposição da **inflação** pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), que é mais favorável ao trabalhador que o índice oficial IPCA, e a variação do **PIB** (Produto Interno Bruto). Pela metodologia antiga, o salário mínimo chegaria a R\$ 1.525.

A nova fórmula introduziu um teto de aumento de despesas de 2,5%. Assim, mesmo que o **PIB** cresça acima desse limite, como 3,2%, o reajuste aplicado será de, no máximo, 2,5%.

O salário mínimo influencia diretamente o valor das aposentadorias do **INSS** e de outros benefícios sociais. Por esse motivo, o governo busca controlar aumentos excessivos, evitando impactos negativos no orçamento em períodos de contenção de despesas.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/10/13/valor-do-salario-minimo-nacional-cresceu-75-em-2025-confira.htm>

"Queda da fome mostra sucesso de política pública"

Lucianne Carneiro e Alessandra Saraiva Do Rio

A redução da fome nos dados recém-divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) confirma a efetividade da retomada das políticas públicas de segurança alimentar no Brasil. A avaliação é de Rodrigo Kiko Afonso, diretor-executivo do Ação da Cidadania, que atribui a queda à combinação de retomada de políticas sociais (como Bolsa Família, merenda escolar e agricultura familiar) com a melhoria do mercado de trabalho.

"Se alguém tinha dúvida de que essas políticas funcionam, seja de direita, esquerda, centro, em cima ou embaixo, ficou altamente comprovado que a situação piorou drasticamente quando se removeu as políticas. E, quando essas mesmas políticas foram retomadas, esse processo se reverteu rapidamente", afirma ele, que condena o desmonte de políticas sociais em anos anteriores.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua: Segurança Alimentar 2024 mostrou que o número de pessoas que moravam em domicílios em situação de fome caiu 23,5% em 2024, ante 2023, mas o Brasil ainda tem 6,483 milhões nesta condição. A queda representou uma diferença de quase 2 milhões de pessoas a menos (1,992 milhão) em um ano.

Ao mesmo tempo, a parcela de domicílios em situação de insegurança alimentar moderada ou grave em 2024 é a menor em duas décadas. O percentual foi de 7,7% em 2024, pouco abaixo da menor fatia até então, de 7,8% em 2013.

Aumento dos recursos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - cujo orçamento estava congelado desde 2017 -; melhoria do cadastro das famílias de baixa renda no Cadastro Único (CadÚnico), após os problemas provocados pelo avanço das famílias unipessoais; e retomada dos valores adicionais do programa para famílias com crianças e gestantes e das condicionantes são alguns dos fatores citados por Afonso nessa retomada de políticas públicas. O incentivo à agricultura familiar pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) também entra nesse contexto.

O diretor-executivo da Ação da Cidadania acredita que

o resultado alcançado nos últimos dois anos deve reforçar a necessidade de olhar para as políticas públicas de segurança alimentar como políticas de Estado:

"São políticas de Estado que são comprovadas cientificamente e tecnicamente que funcionam e não podem mais ser removidas ou desinvestidas. Não são políticas de um partido, de um governo ou de uma ideologia."

De acordo com Afonso, o momento é de comemorar os bons resultados, mas também de avançar para atingir as famílias que ainda enfrentam insegurança alimentar. Ele defende um maior compromisso dos municípios e Estados e busca de informações desses entes para avançar "nessa milha final" do combate à fome no Brasil.

"Seja na capital, seja no interior, vemos os mesmos problemas. O desconhecimento, a falta de comprometimento e um olhar para a segurança alimentar como se fosse uma coisa secundária", afirma.

Um dos pontos principais é a busca ativa das famílias ainda em situação de insegurança alimentar: "[A redução da fome] agora depende mais de a gente ir atrás dessas famílias, fazer uma busca ativa por quem ainda não foi beneficiado pelas políticas sociais".

Nesse cenário, destaca a importância de investimentos na estrutura de cidades e Estados para uma melhor organização das ações em segurança alimentar e de atenção aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que fazem a ligação entre a população mais pobre e as políticas de governo.

O diagnóstico sobre a ação - ou falta de ação - de cidades e Estados vem do acompanhamento próximo das políticas públicas, dos programas da própria Ação da Cidadania e também do chamado selo Betinho, que está em sua segunda edição. A certificação avalia a presença de políticas públicas capazes de promover a segurança alimentar.

Adesão ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), criação dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), destinação de recursos para um fundo emergencial

de combate à fome, e ações de apoio à agricultura familiar são alguns dos critérios levados em consideração nessa análise.

"No ano passado, apenas três das 16 capitais avaliadas receberam o selo Betinho. A análise ainda está em curso neste ano, mas já sabemos que a maioria não será aprovada", nota.

Se os dados do IBGE sinalizam boas notícias com a redução da fome, eles também mostram que desigualdades geográficas, de cor ou raça e de sexo permanecem, como é o caso da fome mais intensa no Norte e no Nordeste do país, afirma Afonso. Ele lembra que são regiões "ainda bem atrás em termos de desenvolvimento econômico e social". "São regiões desfavorecidas e deixadas de lado nos processos de investimento e às vezes observadas apenas para exploração pura e simples de seus territórios."

A parcela de domicílios enquadrados na classificação de insegurança alimentar grave, ou fome, é de 6,3% na região Norte e 4,8% no Nordeste, ante uma média de 3,2% no Brasil. Centro-Oeste (2,8%), Sudeste (2,3%) e Sul (1,7%) apresentam percentuais menores.

Na sua avaliação, a **reforma tributária** pode ser um marco para essas regiões e ajudar na redução de desigualdades, ao destinar receita de **tributos** também aos locais de consumo, e não apenas de produção.

"Tem uma mudança bastante significativa no horizonte que é a mudança do arcabouço brasileiro de tributação, que concentra muito os **tributos** nas regiões de produção. Agora, com a **reforma tributária**, mesmo que se produza em São Paulo, se mandou entregar o produto no Piauí uma parte do imposto vai chegar lá", afirma.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251013>

Inventário: conta no exterior pode ser duplamente tributada

Eduardo Cucolo

Valores depositados em contas bancárias no exterior podem passar por processo de inventário fora do Brasil, além de estarem sujeitos ao imposto sobre herança aqui e no outro país, em caso de morte do titular. Todas essas questões dependem de fatores como local em que está o dinheiro, estado em que morava falecido e valores envolvidos.

A Justiça brasileira tem competência para processar o inventário quando os bens estão no Brasil. Para aqueles no exterior, o processo é realizado no país onde estão localizados.

A divisão dos recursos em outros países pode estar sujeita a regras diferentes das válidas no Brasil, onde 50% dos bens ficam com os herdeiros necessários, como descendentes e cônjuge. A legislação americana, por exemplo, permite mais liberdade no testamento, embora algumas situações possam ser questionadas como fraude.

"Não dá para o cliente que está morrendo transferir todo o patrimônio para uma conta lá fora, colocar a amante como herdeira, e a mulher e o filho não receberem nada. Nessa situa-

ção, o Judiciário brasileiro pode desconstituir", afirma Matheus Piconez, sócio do Veirano Advogados.

Outro ponto de atenção é a tributação dos recursos. Nos Estados Unidos, o limite de isenção de imposto de herança para estrangeiro não residente é de US\$ 60 mil (R\$ 320 mil) para a maioria dos ativos, como imóveis e contas de investimento. O saldo em dinheiro mantido em conta bancária está isento, independentemente do valor.

"Normalmente, o imposto americano é de até 40%, mas o tributo e a isenção têm regras específicas em cada estado", explica Alamy Cândido, tributarista sócio do Cândido Martins Cukier.

As regras americanas não

se aplicam no caso em que a conta está naquele país, mas os dólares foram investidos em ativos em outra jurisdição.

No Brasil, a herança é tributada pelo ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação), imposto estadual que pode chegar a 8%. Atualmente, há uma controvérsia no Judiciário sobre a cobrança desse tributo feita por alguns estados, como São Paulo, em relação a bens no exterior, como mostrou o caso envolvendo a família do apresentador Silvio Santos.

Está em debate a necessidade de novas leis estaduais prevendo a cobrança após a aprovação da **reforma tributária**, em 2023. Alguns estados já resolveram a questão e, em breve, todos devem es-

tar autorizados a tributar a transmissão de recursos que estão fora do país, e o Brasil não possui acordo para evitar bitributação desses ativos.

"Potencialmente, pode ter dupla tributação de herança. O imposto pago no exterior não é compensado se ele for devido no Brasil", afirma Hermano Barbosa, sócio de Direito Tributário do BMA Advogados.

Um mecanismo evita a necessidade de inventário no exterior é o "joint tenancy with right of survivorship" (propriedade conjunta com direito de sobrevivência), que permite a transferência automática dos bens para o coproprietário.

Ele existe em países como Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, Austrália e Nova Zelândia, mas não no Brasil. Esse arranjo, no entanto, não afasta a possibilidade de tributação, seja no aqui ou no exterior.

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3263#book>

Emendas, anistia, ativismo judicial: veja o que pensam os cotados para a vaga de Barroso no STF

Considerados favoritos para suceder o ministro Luís Roberto Barroso no Supremo Tribunal Federal (STF), o advogado-geral da União, Jorge Messias ; o senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG); e o ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Bruno Dantas manifestaram posições diferentes entre si nos últimos anos sobre emendas parlamentares e "ativismo judicial" e semelhantes a respeito da necessidade de regular as redes sociais e o mercado de bets, além de defenderem punições a envolvidos em ataques à democracia.

O GLOBO analisou declarações recentes em sete temas relevantes do debate público e com os quais o indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva poderá se deparar ao chegar à Corte.

O posicionamento dos três foi determinado, em grande medida, pelo cargo ocupado nos últimos anos. Presidente do Congresso de 2021 a 2025, Pacheco defendeu em diversos momentos o uso de emendas parlamentares, apontando seu caráter municipalista e destacando a prerrogativa parlamentar na execução das verbas. Em 2024, afirmou que os repasses são um instrumento democrático e importante do Orçamento:

- O Orçamento não pertence exclusivamente ao Poder Executivo. Ele pertence ao Brasil e é feito tanto pelo Executivo quanto pelo Legislativo.

Messias, por sua vez, atuou diretamente nas ações do STF que discutiram regras de transparência.

- A sociedade exige que os Poderes atuem em sintonia, superando divergências e construindo soluções que atendam aos anseios da coletividade - disse.

Por fim, Dantas foi o presidente do TCU de 2022 a 2025, atuando em casos de apuração de irregularidades na aplicação de recursos. Ao GLOBO, ele defendeu transparência na indicação dos recursos:

- O TCU tem recursos técnicos para colocar à disposição do Congresso para que essa transparência seja realizada.

Embora não tenha se posicionado diretamente sobre embates recentes entre Congresso e STF a respeito dos papéis de cada Poder, Dantas já questionou a judicialização da política em referência à Lava-Jato, por exemplo.

- Os últimos dez anos marcaram no Brasil uma disfuncionalidade. Muitas instituições avançaram para além das competências descritas na Constituição, e tivemos como resultado a criminalização da vida pública - disse.

Recentemente, afirmou não ver o STF como o problema do Brasil, mas defendeu o direito de o Congresso debater reformas.

Já Pacheco era o presidente do Senado quando a Casa aprovou uma Proposta de Emenda à Constituição que limita decisões individuais de ministros.

- Não é resposta, retaliação, nenhum tipo de revanchismo. É a busca de um equilíbrio entre os Poderes. As decisões do Congresso quando faz uma lei, que é sancionada pelo presidente da República, podem receber a declaração de inconstitucionalidade, mas que o seja pelos 11 ministros e não por apenas um - afirmou.

Messias, por sua vez, afirmou que o ativismo judicial é uma tendência mundial, com o Judiciário sendo convocado a se posicionar sobre os mais diversos temas:

- Obviamente que o Judiciário não pode deixar de dirimir os conflitos e tem feito, no caso do Brasil, com muita competência.

Como advogado-geral da União, Messias se posicionou contra a anistia aos envolvidos nos atos golpistas de 8 de janeiro e defendeu que aqueles que foram condenados devem cumprir suas penas:

- Na minha leitura como jurista, isso é inconstitucional. Você não pode dar anistia para praticante de crime que tenta abolir o Estado de Direito, porque nada

existe sem o Estado de Direito.

Pacheco também defende a punição aos envolvidos em atos antidemocráticos, assim como avalia que o Congresso pode debater um possível perdão. Há dois meses, ele afirmou que uma "anistia ampla, geral e irrestrita" deveria ter a oposição de "cada um de nós, homens públicos responsáveis". Em novembro do ano passado, quando ainda presidia o Senado, ponderou que a análise do tema pelo Parlamento era legítima:

- Aqueles que defendem a anistia podem fazer a discussão no Congresso Nacional. Se isso vai para frente ou não, ainda vai ser fruto de um longo debate. Agora, que não confundamos essa iniciativa com algum tipo de reconhecimento de que o 8 de Janeiro foi uma coisa normal, que não foi uma tentativa de violação da nossa democracia, porque foi.

Dantas não se pronunciou publicamente sobre a viabilidade constitucional de uma anistia, mas já se posicionou diversas vezes favorável à responsabilização dos envolvidos na tentativa de golpe.

- A história ensina que indulgência não é a melhor forma de se lidar com criminoso. Criminoso precisa ser punido com o rigor da lei - disse, em 2023.

À frente da AGU, Messias elogiou o julgamento em que o STF aumentou a responsabilidade das plataformas digitais pelo conteúdo publicado. Ele classificou a decisão como "histórica" e um "verdadeiro marco civilizatório", destacando que a postura brasileira vai na mesma direção de outros países democráticos.

Da mesma forma, Pacheco se posicionou em acordo com a decisão do Supremo, mas sublinhou a falha do Legislativo em não lidar com a questão. Antes do julgamento, Dantas destacou a necessidade de atualização do Marco Civil da Internet.

Messias já questionou o que chamou de "cupinização" das relações trabalhistas, quando comentou o fenômeno da "pejotização" - a contratação de indivíduos como pessoas jurídicas para evitar a relação trabalhista tradicional. Segundo ele, a evolução das relações de trabalho não pode ocorrer às custas da precarização do trabalhador.

No TCU, boa parte dos posicionamentos de Dantas ocorreram sob a perspectiva das relações trabalhistas para **servidores públicos**. O ministro já afirmou que "a máquina pública brasileira precisa de uma lipoaspiração". Como presidente do tribunal, esteve no centro da discussão sobre penduricalhos e supersalários. Neste ano, ele defendeu um pacto entre

todos os tribunais:

- É preciso cortar supersalário. Eu tenho vergonha de receber penduricalho.

Na presidência do Senado, Pacheco afirmou que a reforma trabalhista foi uma evolução, mas já admitiu a necessidade de discussão de eventuais revisões na legislação.

- Revogá-la neste momento seria um sinal muito ruim - afirmou Pacheco.

Ano passado, na abertura do ano legislativo, o senador também defendeu a flexibilização das carreiras públicas para enxugar a máquina do Estado.

Os três favoritos para o STF já demonstraram preocupação com o crescimento do mercado de apostas esportivas e defenderam regulação. No ano passado, Pacheco afirmou que o setor de bets "ficou fora de controle".

Já Messias chamou a questão de um "dragão" que precisaria ser domado pela administração pública.

- Precisamos de limites, monitoramento que impeça essa indústria de causar vícios, especialmente nos mais vulneráveis - afirmou.

No TCU, Dantas criou um grupo de trabalho para identificar os impactos das bets na saúde pública, no poder de compra das famílias e levantar as ações propostas pelo governo para prevenir a lavagem de dinheiro, o roubo de dados de apostadores e o envolvimento de menores de idade.

A **Reforma Tributária**, que poderá ser um dos principais pontos de discussão econômica no STF nos próximos anos, tem apoio dos três. Pacheco era o presidente do Senado durante a aprovação da reforma.

Bruno Dantas também foi defensor das mudanças:

- Acredito firmemente que a palavra-chave que move a **Reforma Tributária** é a eficiência tributária.

Por fim, Messias criou um órgão interno na AGU para dirimir dúvidas sobre as interpretações das medidas. Na ocasião, ele destacou o papel da reforma para diminuir o peso das discussões tributárias no Judiciário.

- O Brasil é um dos países onde mais se litiga no mundo. É possível construir um caminho diferente, desde que o Estado assuma a sua parte.

Site:

<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2025/10/13/emandas-anistia-ativismo-judicial-veja-o-que-pensam-os-cotados-para-a-vaga-de-barroso-no-stf.ghtml>

A fome é uma escolha política , afirma Lula em artigo de opinião publicado no jornal Libération

RFI

O jornal Libération publica um artigo de opinião do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nesta segunda-feira (13). No texto, o petista afirma que a fome é uma escolha política e volta a defender diversas propostas e desafios para o Brasil e o mundo.

No artigo de página inteira, também publicado por outros jornais internacionais, o presidente Lula desenvolve a tese de que as lutas contra a mudança climática, a fome e a pobreza devem caminhar juntas. Para financiar esses combates, ele propõe, entre outras medidas, que a comunidade internacional siga o exemplo do Brasil e taxe os super-ricos, destacando a **reforma tributária** histórica que está prestes a ser aprovada - com imposto mínimo sobre os mais ricos e isenção para trabalhadores de baixa renda.

Lula afirma que a fome não é uma condição natural da humanidade , mas sim uma escolha política, resultado de decisões governamentais e sistemas econômicos que ignoram ou promovem desigualdades. Ele lembra que, enquanto milhões passam fome, uma pequena elite bilionária concentra grande parte da riqueza mundial.

O presidente brasileiro critica o aumento dos gastos militares pelas nações ricas desde o fim da Guerra Fria. Ao mesmo tempo, essas potências não cumprem seus compromissos de investir no desenvolvimento dos países pobres. Ele observa que, além da guerra e da fome - que se alimentam mutuamente -, o mundo também enfrenta a emergência climática, e que os mecanismos de cooperação internacional criados após a Segunda Guerra Mundial não estão preparados para os desafios atuais.

Por isso, Lula volta a pedir uma reforma na governança global, com fortalecimento do multilateralismo, investimentos sustentáveis e justiça fiscal - incluindo a taxação dos super-ricos, proposta que o Brasil conseguiu incluir na declaração final do G20.

Também no G20, o país propôs a criação da Aliança Global contra a Fome e a Pobreza, que já conta com

200 participantes, com o objetivo de mobilizar recursos e ações concretas.

Lula elenca os sucessos de sua política, que retirou 26,5 milhões de pessoas da fome desde 2023. Com isso, o Brasil saiu novamente do Mapa da Fome da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) e alcançou os menores índices de desemprego e desigualdade de renda da história recente. Esses resultados mostram que uma ação determinada do Estado pode vencer o flagelo da fome , escreve.

Ao reforçar que o combate à fome, à pobreza e à crise climática devem andar juntos, ele antecipa que a COP30, que será realizada na Amazônia, será uma oportunidade para unir essas causas em uma declaração global.

O presidente brasileiro informa que levará essas mensagens ao Fórum Mundial da Alimentação e à reunião do Conselho da Aliança Global contra a Fome, que acontecem nesta segunda-feira, em Roma. Ele conclui dizendo que a mudança é urgente, mas possível: A humanidade tem capacidade de criar o antídoto para o veneno da fome que ela mesma inventou.

Site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/a-fome-e-uma-escolha-politica-afirma-lula-em-artigo-de-opiniao-publicado-no-jornal-liberation,f849fd22bcfc78adf3fc6fc1a472a8930devbdid.html>

China reage a ameaças de Trump e fala em "medidas correspondentes"

A China sinalizou ontem que não vai recuar diante da ameaça do presidente Donald Trump de impor uma tarifa adicional de 100% ao país e pediu aos Estados Unidos que as diferenças sejam resolvidas por meio de negociações, não de ameaças.

"A posição da China é consistente", disse o Ministério do Comércio, em **comunicado**. "Não queremos uma guerra tarifária, mas não temos medo de uma."

Foi o primeiro comentário oficial da China sobre a ameaça de Trump, feita na sexta-feira, de elevar o imposto sobre importações chinesas até 1º de novembro, em resposta às novas restrições impostas por Pequim à exportação de terras raras, que são vitais a uma ampla gama de produtos de consumo e militares.

A troca de acusações, porém, ameaça um possível encontro entre Trump e o líder chinês Xi Jinping, e pode por fim à trégua de uma guerra comercial que, em abril, chegou a ter tarifas acima de 100% de ambos os lados.

Em post publicado ontem à tarde na Truth Social, Trump disse que os EUA "querem ajudar a China, não prejudicá-la". Segundo ele, o presidente chinês, Xi Jinping, "apenas teve um momento ruim" ao impor restrições à exportação de terras raras. "Não se preocupe com a China; tudo ficará bem! O altamente respeitado Presidente Xi apenas teve um momento ruim. Ele não quer depressão para seu país, e eu também não", escreveu Trump.

Desde que assumiu o cargo em janeiro, o republicano aumentou os **impostos** sobre as importações de muitos parceiros comerciais dos EUA, buscando obter concessões. A China tem sido um dos poucos países que não recuaram, contando com sua influência econômica. "Recorrer frequentemente à ameaça de altas tarifas não é a maneira correta de se relacionar com a China", disse o Ministério do Comércio em sua publicação, que foi apresentada como uma série de respostas de um porta-voz não identificado a quatro perguntas de veículos de comunicação. E concluiu: "Se o lado americano insistir obstinadamente em sua prática, a China certamente tomará medidas correspondentes para salvaguardar seus direitos e interesses legítimos".

Além da tarifa de 100%, Trump ameaçou impor controles de exportação sobre o que chamou de "software crítico", sem dar detalhes.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Interdição de refinaria eleva arrecadação de Estados

A interdição da refinaria Refit, em Manguinhos, já aumentou a arrecadação de ICMS dos Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro em cerca de R\$ 200 milhões, disse ao Estadão/Broad-cast o Instituto Brasileiro do Petróleo e Gás Natural (IBP), destacando que a refinaria carioca, localizada na zona norte do Rio, há décadas não recolhia **impostos** aos cofres estaduais.

"O cálculo do IBP mostra que a empresa deixava de recolher, em média, R\$ 15 milhões por dia nos dois Estados, resultado da soma das suas operações de gasolina, diesel e eta-nol", informou o IBP, que cobra do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, a votação do projeto de lei contra os devedores contumazes (PLP 125).

A Refit divulgou nota em que afirma adotar todas as exigências para reverter a interdição. DENISE LUNA/RIO

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Os custos do imprevisto na política fiscal - SERGIO LAMUCCI

SERGIO LAMUCCI

Sergio Lamucci é editor-executivo e escreve quinzenalmente

E-mail: sergio.lamucci@valor.com.br

Mesmo num momento em que o déficit nominal, que inclui gastos com juros, está na casa de 8% do **PIB** e a dívida bruta se aproxima de 80% do **PIB**, a política fiscal é tocada na base do imprevisto. Medidas estruturais necessárias para reduzir o crescimento dos gastos obrigatórios, o maior problema das contas públicas, ficarão para 2027. Enquanto isso, o governo recorre a iniciativas de curto prazo para cumprir as metas do arcabouço fiscal deste ano e especialmente do próximo, um ano eleitoral em que o objetivo principal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é preservar o orçamento de corte de gastos.

Essa estratégia imediatista sofreu um revés na semana passada, com a rejeição pela Câmara dos Deputados da medida provisória (MP) alternativa ao Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), que deixa um rombo de R\$46,5 bilhões nas contas do governo central até 2026. A equipe econômica terá de apresentar novas iniciativas para o cumprimento da meta fiscal do ano que vem, que prevê um resultado primário (excluindo gastos com juros) de 0,25% do **PIB**.

Num ambiente de polarização política, o Congresso enterrou a MP para não abrir espaço para o governo no orçamento de 2026. A iniciativa tinha problemas, mas a versão original-não a aprovada pela Comissão Mista do Congresso-tinha pontos importantes, como o fim da isenção de títulos incentivados, como Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) e Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs), e o aumento da tributação das bets. A isenção dos títulos privados tem causado várias distorções na economia, a começar pela renúncia fiscal, na casa de R\$ 50 bilhões por ano. Esse mercado assumiu proporções enormes, na casa de R\$ 2 trilhões, o que tem encarecido o custo de rolagem da dívida pública, pela competição com os títulos públicos.

Como faz todo sentido acabar com essa isenção, é importante o governo insistir na extinção desse incentivo. A ação dos lobbies a favor da manutenção do benefício e a inclusão da proposta numa MP

voltada para resolver um problema de curto prazo mataram a ideia. Embora seja uma iniciativa de difícil aprovação, ela teria mais chances de avançar no Congresso se não tivesse enfiado numa MP que visava tapar buracos no orçamento.

A tramitação da MP também foi atrapalhada pelas informações de que o governo discutiria a eventual adoção da tarifa zero para o transporte público, mais uma bandeira eleitoral para Lula em 2026. O timing não poderia ter sido pior.

Nesse cenário, a equipe econômica deve apresentar nesta semana medidas pontuais para aumentar **impostos** e reduzir gastos, com o objetivo de cumprir a meta de superávit primário de 0,25% do PIB em 2026, mesmo contando com exceções-caso do desconto de gastos com precatórios (despesas com sentenças judiciais). O arcabouço fiscal, porém, já deu sinais claros de esgotamento. O cumprimento da regra fiscal não é suficiente para estabilizar a dívida pública como proporção do **PIB** ao longo do tempo. Como não serão adotadas medidas para deter o crescimento das despesas obrigatórias, os gastos discricionários (custeio da máquina e o investimento), vão sendo asfixiados. Isso exigirá a discussão de um novo regime para as contas públicas em 2027, com a adoção de medidas como desvincular os benefícios previdenciários e assistenciais do salário mínimo e desatrelar as despesas com saúde e educação da variação da receita.

São medidas difíceis de serem implementadas politicamente, mas que teriam impacto importante sobre as expectativas, melhorando as simulações da trajetória do gasto público. Isso ajudaria a abrir espaço para uma redução estrutural dos juros, aliviando o déficit nominal e, com isso, a dinâmica da dívida pública. Esse receituário, porém, não será adotado até o fim do ano que vem. A opção é por cumprir as metas de curto prazo, uma estratégia que tem riscos, como se viu na sexta-feira.

O dólar subiu com força e fechou perto de R\$ 5,50, uma alta puxada pelas ameaças de Donald Trump de impor mais tarifas à China e pelo aumento das incertezas fiscais por aqui-não apenas pelo rombo fiscal causado pela derrubada da MP, mas também pela percepção de que o governo pretende aumentar gastos com força em 2026, devido às eleições.

Uma boa notícia para a economia brasileira neste ano vinha sendo a queda do dólar, que fechou 2024 próximo a R\$ 6,18 e chegou a ser negociado abaixo de R\$ 5,30 em setembro. O enfraquecimento da moeda americana no mercado global e, em segundo lugar, a diferença entre os juros externos e internos explicam o dólar mais barato por aqui. Isso tem contribuído para aliviar pressões inflacionárias, o que pode eventualmente levar o Banco Central (BC) a antecipar o ciclo de corte da Selic, hoje em 15% ao ano. Com um câmbio mais pressionado, esse cenário benigno pode ser revertido.

Esse é um dos custos do imprevisto na política fiscal. É possível que o dólar volte a ceder nos próximos dias, especialmente se a situação externa se acalmar e a moeda americana voltar a perder valor no mercado internacional. No entanto, se isso não ocorrer, a situação fiscal delicada do Brasil, com o maior déficit nominal entre os principais emergentes e uma dívida bruta que não dá sinais de que vá se estabilizar, pode voltar a ter mais peso na avaliação dos investidores. Além disso, como há um déficit em conta corrente de 3,5% do **PIB**, um nível que começa a preocupar e a reacender a discussão sobre a fragilidade das contas externas do país, pode haver pressões indesejadas sobre o câmbio - e, com isso, diminuir o espaço para a queda dos juros.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20251013>

Relator quer evitar "jabutis" em MP do Brasil Soberano

Gabriela Guido e Caetano Tonet De Brasília

O relator da medida provisória (MP) do Plano Brasil Soberano, senador Fernando Farias (MDB-AL), afirmou que será cauteloso na análise das 365 emendas apresentadas à proposta, para assegurar que o plano de contingência ao tarifaço seja emergencial - ou seja, para auxiliar as empresas durante um prazo determinado. Ele também sinalizou que não pretende acolher nenhum "jabuti" - jargão utilizado na política para propostas que não têm relação com o projeto.

Farias pretende apresentar o relatório à comissão na terça-feira (14) e dar vista até o dia seguinte, quanto o texto deve ser votado.

De acordo com levantamento feito pelo gabinete do senador, 19 das 365 emendas são matérias estranhas ao propósito da MP. Elas tratam de benefícios a produtos industriais comercializados nacionalmente, de estabelecer regimes emergenciais, nos moldes daquele aplicado durante a pandemia de covid-19 para empresas manterem empregos em meio à perda de receita, e até de incentivos para a indústria automotiva.

Na avaliação de Farias, alguns setores produtivos e exportadores estão tentando utilizar a discussão da matéria para incluir no texto medidas que os beneficiam e que não têm relação com o tarifaço. Ele também destacou que as disposições da MP devem ter natureza emergencial - ou seja, para auxiliar as empresas apenas durante um determinado período.

"Se realmente permitirmos que esses grupos peguem todos esses recursos e acabem, de certa forma, criando problemas para a nossa responsabilidade fiscal, os juros continuarão aumentando. Não tem subsídio e não tem taxa que dure por muito tempo", disse.

Farias contou que recebeu, em seu gabinete, representantes do setor de automóveis que desejavam obter benefícios tributários para a comercialização de peças de caminhão. Esses itens, entretanto, não eram direcionados aos EUA e, muito menos, exportados pelas empresas produtoras. O senador negou a concessão do benefício.

Em outra frente, as emendas de teor tributário têm como principais temas ampliar a abrangência do programa Reintegra, que retoma **impostos** pagos por companhias que exportam aos EUA, flexibilizar normas de negociação de dívidas tributárias, criar créditos presumidos do PIS/Cofins e diminuir a tributação de biocombustíveis.

Uma das emendas apresentadas, por exemplo, sugere a transferência de créditos tributários de PIS/Cofins a produtoras de biocombustíveis de um mesmo grupo econômico, possibilitando a compensação de quaisquer **tributos** federais por meio desses créditos. Essa medida, porém, não tem relação direta com a exportação de biocombustíveis para os EUA.

Além dos jabutis, uma das maiores preocupações com a MP, segundo o relator, é aprovar um texto que garanta que o dinheiro chegue para os pequenos exportadores. Ele articula adicionar uma emenda que estabeleça uma rede para a concessão de linhas de crédito de forma desburocratizada.

Segundo Farias, o objetivo é permitir que todos os bancos interessados tenham acesso a essa linha de crédito. "Trabalhamos com o Banco do Nordeste, que tem uma expertise de capilaridade, para emprestar esse dinheiro com taxas e condições melhores", afirmou.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20251013>

Sob pressão fiscal, União lança mais programas com subsídios (Editorial)

No mesmo dia em que o Congresso rejeitou a MP 1303, que traria R\$ 46,5 bilhões ao governo em 2025 e 2026, foi detalhado mais um de uma série de programas populares, o de moradias, que custeará reformas em residências com crédito subsidiado por uma nova fonte de financiamento, o Fundo Social do Pré-Sal, cujas finalidades foram ampliadas em 14 de julho, pela lei 15.164. O novo programa, assim como o de isenção do Imposto de Renda para até R\$ 5 mil, contempla faixas de renda média, de até R\$ 9,6 mil. Ao deixar de focar o uso de dinheiro público escasso nas camadas mais pobres, o governo Lula deixa claras suas intenções eleitorais, já antevistas nos anúncios em cascata da criação de benefícios sociais, como Pé de Meia, Gás para Todos, Tarifa Social de Energia, Garantia-Safra etc., como se não houvesse qualquer restrição orçamentária, os recursos fossem baratos com um juro de 15% ao ano, e como se fosse possível bancá-los indefinidamente por meio de aumento de **impostos** e taxas. A criatividade no uso de fundos de financiamento públicos e privados pode não parar por aí, à medida que as eleições se aproximam.

O custo estimado dos subsídios de moradia popular é de R\$ 7 bilhões e o alvo é um financiamento total de R\$ 30 bilhões. Para isso, com apoio do Congresso, foi utilizado o Fundo Social do Pré-Sal, criado em 2010, que reserva os recursos da bonança petrolífera para garantir investimentos de longo prazo em educação, saúde, pesquisa e desenvolvimento e ambiente. Em 2024, 14 anos depois, o Tribunal de Contas da União cobrou a regularização da administração desse fundo, gerido informalmente na Casa Civil, e apontou a falta de controle e transparência sobre seus gastos. Estima-se que, com a produção do pré-sal atingindo seu pico, até 2030, o fundo receberá mais cerca de R\$ 1 trilhão (Veja, 18-11-2024).

O governo, via MP depois transformada em lei por aprovação no Congresso, criou um comitê gestor e alargou o suficiente suas finalidades, a ponto de tornar possível o custeio de despesas correntes, um expediente a ser usado de acordo com a conveniência política do governo sem impactar diretamente o limite de gastos. Foram incluídos gestão do SUS, projetos de habitação popular, infraestrutura hídrica, calamidades públicas, segurança alimentar, defesa dos direitos indígenas etc. A bancada ruralista tentou recentemente pegar carona nessa brecha, buscando

capturar R\$ 30 bilhões para financiar agricultores inadimplentes, mas a manobra não vingou - até agora.

O governo, premido pelo avanço de despesas que tornam difícil cumprir o orçamento e respeitar as metas fiscais, abriu o flanco do uso dos recursos dos fundos de financiamento públicos e privados. Aportes e resgates neles entram como receitas e despesas primárias, sujeitas à meta fiscal, mas o uso de seu estoque não. Em vários desses fundos, a União fez aportes para fins específicos. Cumprido o objetivo, o dinheiro restante não voltou ao Tesouro nem abateu dívida pública, como deveria ser, mas continuou disponível. Há 6 fundos garantidores privados (como o da construção naval, de investimentos) com estoque de R\$ 75 bilhões.

O governo aceitou e o Congresso aprovou projeto capitaneado pelo senador Rodrigo Pacheco, de reestruturação das dívidas dos Estados com maior dívida, que não têm pagado suas parcelas em dia, muitas vezes com aval do Supremo Tribunal Federal, que impede sua execução. São Paulo (que cumpre seus compromissos), Rio, Rio Grande do Sul e Minas Gerais compõem 90% do saldo devedor de R\$ 806 bilhões em 2024. Com o programa (Propag), os maiores devedores pagarão suas dívidas em maistrês décadas, em um leque de opções em que os juros podem cair de 4% a zero, dependendo dos ativos dados para pagamento e dos investimentos a que se comprometerem. De início a União deixará de receber R\$ 48 bilhões em receitas financeiras, enquanto os Estados devedores têm de fazer repasses de 1% a 2% do saldo devedor em um Fundo de Equalização Federativa, que distribuiria recursos aos Estados em dia com suas obrigações.

A adesão ao Propag se encerra este ano, mas até agora só Goiás aderiu. Em decreto publicado na terça, o governo mudou as regras. No caso de suspensão ou redução dos pagamentos, o ente federado teria de se submeter a um limite de gastos. Os Estados devedores sempre escaparam dessa obrigação de uma forma ou de outra - e escaparão novamente. A exigência foi eliminada. A Câmara dos Deputados deu sua colaboração na terça-feira ao aprovar a efetivação, às custas da União, dos agentes de saúde comunitários e de combate a endemias, com regras favoráveis na Previdência que já deixaram de existir: aposentadoria por salário integral, com idade menor e

com paridade de reajustes com os ativos. O custo é de pelo menos R\$ 24,7 bilhões em dez anos.

O panorama fiscal tornou-se mais adverso e o período eleitoral é propício a uma piora. O presidente Lula sempre deixou claro que não gosta de travas em despesas e o Congresso, já pouco inclinado a isso, tende a seguir o exemplo. O acerto de contas será feito em 2027 e pode ser doloroso.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

Unimed-Rio fecha acordo com a PGFN para liquidar dívida de R\$ 2 bilhões

Beatriz Olivon De Brasília

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e a Uni-med-Rio fecharam uma negociação para liquidar uma dívida de cerca de R\$ 2 bilhões em **impostos**. Os descontos na transação tributária fechada, sobre juros e multa, chegam a 45% do valor. Para viabilizar o acordo, foi necessário revisar a capacidade de pagamento da empresa, negociar com a operadora que assumiu suas operações e utilizar um imóvel como garantia.

No ano passado, a carteira de clientes da Unimed-Rio foi assumida pela Unimed Federação do Estado do Rio de Janeiro (Ferj). A empresa deixou de atuar como operadora de planos de saúde e continuou suas atividades apenas como prestadora de serviços de saúde. Por isso, foi preciso incluir na negociação a sucessora, no caso a Uni-med Ferj, o que é incomum nos acordos de transação tributária.

Na negociação, ficou estabelecido que parte do pagamento, cerca de R\$ 500 milhões, será feito em dinheiro. Também haverá uso de prejuízo fiscal. Os débitos previdenciários serão parcelados em 60 meses e os não previdenciários em 145 meses. Foi dado como garantia um imóvel onde funciona um hospital na Barra da Tijuca, na capital fluminense, que está arrendado para a Unimed Ferj.

Coordenadora-geral de negociação da PGFN, Mariana Lellis Vieira destaca que, sem a carteira de planos de saúde, a Unimed-Rio perderia em capacidade de pagamento (Capag). Por isso, foi incluída na negociação a Unimed Ferj, "o que deu muita segurança para o acordo". A medida, diz, ocorre em casos envolvendo grupos econômicos.

"O vínculo de corresponsabilidade entre empresas é um ponto que as procuradorias da Fazenda Nacional tentam deixar claro nos acordos de transação", afirma ela, acrescentando que, com a medida, evita-se litígios posteriores sobre responsabilidade tributária.

Nesse caso, segundo Mariana, foi feita uma revisão na capacidade de pagamento da Unimed-Rio. Foram solicitados pelos procuradores documentos e esclarecimentos contábeis, além de ativos, patrimônio e comprovação de capacidade de geração de resultados.

Normalmente, a capacidade de pagamento é presumida pela PGFN, com base na situação econômica do contribuinte. Para isso, verifica-se as informações cadastrais, patrimoniais e econômico-fiscais do contribuinte perante a administração tributária federal e os demais órgãos da administração pública. Mas, em algumas situações, como a da Unimed-Rio, são solicitadas informações adicionais.

A Capag está prevista em lei e é utilizada pela PGFN para conceder benefícios em negociações - como descontos e/ou prazo alongado para pagamento. "Como toda presunção, temos pontos fora da curva, casos em que os dados que a Procuradoria olha não são suficientes para espelhar a realidade da empresa, e isso é esperado", diz Mariana, acrescentando que a revisão da capacidade de pagamento pode acontecer internamente, sem que as empresas tenham que solicitar judicialmente, como algumas fazem.

Desde 2020, foram realizados 3,5 milhões acordos de transação tributária com contribuintes e, no mesmo período, a PGFN recebeu 14 mil pedidos de revisão da Capag. "A grande maioria dos casos fechamos com a Capag presumida", afirma.

A procuradora-chefe da Divisão de Negociação na 2ª Região (Rio de Janeiro), Érica Barretto, destaca que a empresa sempre foi acompanhada pela PGFN, por ter sido a maior operadora de saúde do município e pelo fato de a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) ter decidido instaurar o regime de direção fiscal na operadora - em razão da identificação de anormalidades administrativas e/ou econômico-financeiras graves.

A partir dessa medida, diz a procuradora-chefe, o objeto social da cooperativa mudou, ela deixou de ser operadora de plano de saúde e passou a ser uma prestadora de serviço de saúde. Na negociação, acrescenta, a PGFN avaliou que não seria possível fazer uma transação só com a Unimed-Rio, já que toda a receita de planos de saúde tinha migrado para a Unimed Ferj. "Foi negocial, não teve nenhuma decisão judicial determinando isso, negociamos a prevenção de um futuro litígio."

Segundo o advogado Tadeu

Puretz, do Renault Advogados, que assessorou a Unimed-Rio e empresas correlatas do grupo na transação, além da garantia real, o acordo também prevê regras de rescisão, a obrigação de desistência de contenciosos administrativos e judiciais e a possibilidade de utilização de precatórios e restituições tributárias para amortização de parcelas.

O sucesso do acordo, afirma o advogado, assegura a regularização fiscal da cooperativa e de suas empresas vinculadas e também a previsibilidade financeira necessária para a continuidade da prestação de serviços de saúde à população.

Para o advogado Felipe Renault, que também atuou na negociação, a transação consolida um modelo mais racional de gestão de passivos fiscais, em que prevalecem critérios objetivos e previsibilidade na relação entre o Fisco e o contribuinte.

"O que se vê é a aplicação concreta de uma política pública moderna, que privilegia o diálogo e a boa-fé, em substituição à litigiosidade excessiva que historicamente marcou esse campo", diz Renault. Além dele e Tadeu Puretz, atuou no caso o advogado Rodrigo Rodrigues.

Antes desse acordo, a Unimed-Rio havia fechado outro com a ANS, para regularizar dívidas que somavam R\$ 179,9 milhões. Foi intermediado pela Advocacia-Geral da União (AGU).

A transação, realizada com base na Lei nº 13.988/2020, abrange créditos inscritos em dívida ativa até dezembro de 2024, incluindo multas administrativas, ressarcimentos ao Sistema Único de Saúde (SUS) e taxas administrativas. Com o acordo, o valor devido foi reduzido para R\$ 135,5 milhões. Ficou acertado ainda o pagamento de R\$ 34,5 milhões, referentes a acordo anterior, realizado em abril de 2023.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

Alckmin está otimista para redução de tarifa

DANANDRA ROCHA (Com informações da Agência Estado)

vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, afirmou que está otimista com a possibilidade de o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, aceitar o pedido do Brasil de suspender a tarifa extra de 40% sobre produtos brasileiros.

"O pedido do presidente Lula para o presidente Trump foi que, enquanto negocia, suspenda os 40%. Esse foi o pleito.

Aí temos um ganha-ganha. Há muita possibilidade de parceria entre Brasil e EUA", disse o vice-presidente, ontem, a jornalistas, em Aparecida (SP), ao comentar sobre o telefonema entre o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Trump, na semana passada.

"Pode ter aí um avanço importante, já avançamos. A celulose saiu do tarifaço, hoje celulose e ferro-níquel já é 0%, isso dá 4% da exportação brasileira. Na semana passada, madeira serrada e macia dava 50%, veio para 10%. Armário, sofá, móveis, dava em 50%, veio para 25%. O que nós precisamos é avançar mais depressa", acrescentou.

Há expectativa de que os dois presidentes se encontrem pessoalmente na Malásia, no fim do mês, após um breve encontro na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em setembro, pavimentar o caminho do diálogo.

Alckmin disse que não vê empecilhos na negociação com os EUA com a indicação do secretário de Estado norte-americano, Marco Rubio, para ser interlocutor do lado dos EUA. "Não acredito (que o nome atrapalhe o diálogo). A orientação do presidente (dos EUA, Donald) Trump foi muito clara. Nós queremos fazer um diálogo e entendimento, e o Brasil sempre defendeu isso", considerou.

Na próxima sexta-feira (17), o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, deve se reunir com Rubio em Washington, em um encontro que também abordará as sanções impostas a autoridades brasileiras, como as previstas pela Lei Magnitsky e a revogação de vistos.

Alckmin disse acreditar em avanços nas conversas bilaterais. "A orientação do presidente Trump foi muito clara. Nós queremos fazer um diálogo e entendimento.

E o Brasil sempre defendeu isso", disse.

Desde 6 de agosto, os EUA passaram a aplicar uma sobretaxa de 40% à alíquota já existente de 10%, resultando em uma taxa total próxima de 50% sobre vários produtos brasileiros, salvo algumas exceções, como suco de laranja e peças e partes de aviões.

A Casa Branca justificou a medida com base em "preocupações sobre direitos humanos e estabilidade institucional no Brasil" - argumento contestado pelo Itamaraty.

Conforme dados do governo brasileiro, 42% das exportações para os EUA ficaram fora do tarifaço, mas cerca de 34% dos produtos seguem diretamente afetados, principalmente carnes, café, maquinário e equipamentos industriais. A equipe econômica avalia que o impacto sobre o **PIB** será moderado, com redução estimada em 0,2 ponto percentual até o fim de 2026.

A ligação marca uma tentativa de reaproximação entre os dois países, após a decisão de Trump de impor uma tarifa total de 50% sobre exportações brasileiras, medida que atingiu em cheio setores como o agronegócio, a metalurgia e a indústria de máquinas.

Segundo interlocutores do Planalto, a ligação de Trump foi positiva e durou cerca de 30 minutos. A expectativa é que os dois líderes se encontrem presencialmente ainda neste ano, possivelmente durante a Cúpula da Associação de Nações do Sudoeste Asiático (Asean), na Malásia, ou em uma viagem oficial de Lula aos Estados Unidos.

As tarifas norte-americanas começaram a valer em 1º de agosto de 2025 e somam uma sobretaxa de 40% à alíquota já existente de cerca de 10%, resultando em uma taxa total próxima de 50%. A Casa Branca justificou a medida com base em "preocupações sobre direitos humanos e estabilidade institucional no Brasil" - argumento contestado pelo Itamaraty.

Segundo dados do governo brasileiro, 42% das exportações para os EUA ficaram fora do tarifaço, mas cerca de 34% dos produtos seguem diretamente afetados, principalmente carnes, café, maquinário e equipamentos industriais.

A equipe econômica avalia que o impacto sobre o **PIB** será moderado, com redução estimada em 0,2 ponto

percentual até o fim de 2026.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/7910/13-10-2025.html?all=1>

Estratégia de tarifas dos EUA e crise política na França aumentam riscos (Artigo)

A delicada situação fiscal dos Estados Unidos e da França estão no centro das atenções dos analistas em razão da dinâmica de suas dívidas. Nos EUA, o dilema fiscal estava no radar desde antes da campanha presidencial de 2024. Eleito para um novo mandato, o presidente Donald Trump propôs uma fórmula arriscada, por meio da qual as tarifas de importação vão ajudar a bancar o projeto orçamentário batizado de "One Big Beautiful Bill" (Um grande e belo projeto), que deve aumentar a dívida pública do país em cerca de US\$ 3,3 trilhões (R\$ 18 trilhões) ao longo dos próximos anos. E a grande dúvida é se essa equação vai parar de pé.

Em novembro, a Suprema Corte dos EUA deve julgar se o presidente Trump tem o poder de impor tarifas. "Se Trump perder, acho que a gente vai ter um problema. Não vai ter receita para fechar o buraco", avalia Luis Otavio Leal, economista-chefe da G5 Partner.

Mesmo se as tarifas continuarem valendo, os EUA seguirão com déficit nas contas públicas, o que levará ao aumento do endividamento. Em maio, a agência de classificação de risco Moody's - uma das mais importantes do mundo - rebaixou a nota de crédito do país de "Aaa" para "Aa1" e alterou a perspectiva de negativa para estável diante do aumento da dívida pública. A Moody's estima que a dívida americana vai alcançar 134% do PIB de 2035.

"Existe a probabilidade de que nos próximos cinco anos os Estados Unidos tenham problemas fiscais sérios", afirmou o ex-economista-chefe do Fundo Monetário Internacional (FMI) Kenneth Rogoff, no fim de setembro, em evento promovido pelo Itaú BBA.

CRISE FISCAL E POLÍTICA. A crise fiscal que também atinge a França se soma a um impasse político que culminou na renúncia do primeiro-ministro Sébas-tien Lecornu na segunda-feira passada - ele foi reconduzido ao cargo pelo presidente francês, Emmanuel Macron, na última sexta-feira.

O rendimento dos títulos de 30 anos franceses estão hoje em 4,32%, acima da média dos últimos 25 anos, de 3,31%. O país ainda viu o seu endividamento crescer de forma acelerada nos últimos anos. E sem estabilidade política, os analistas não veem uma solução para o dilema das contas públicas tão cedo.

No ano passado, o governo francês registrou um déficit de 5,8% do PIB. É um desempenho pior do que o observado em outros países da zona do euro, como Itália e Grécia, que enfrentaram duras crises no início dos anos 2010.

A economista Alessandra Ribeiro, da Tendências, alerta para o fato de que a piora da situação fiscal da França pode gerar uma turbulência mundial. O país é a segunda maior economia da União Europeia, atrás apenas da Alemanha. "Se em 2010, a crise em países menores como Espanha e, principalmente, Grécia já tumultuou o cenário global, uma deterioração na França teria impactos maiores."

No Japão, há uma dúvida com a agenda econômica da provável nova primeira-ministra, Sanae Takaichi. Conservadora, Takaichi prometeu aumentar o gasto público, num contexto em que a dívida já é elevada e que a inflação roda acima da meta de 2%. A relação dívida/PIB do Japão é superior a 200% há cinco anos, e o rendimento dos títulos de 30 anos do país hoje varia de 3,2% a 3,3% - o nível mais alto dos últimos 25 anos.*

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

A armadilha da busca por receita - HENRIQUE MEIRELLES

HENRIQUE MEIRELLES

Desde a derrubada da Medida Provisória 1303, na semana passada, o governo busca alternativas para obter cerca de R\$ 21 bilhões e cumprir as regras do arcabouço fiscal em 2026. Já vimos esse filme da busca por novas fontes de receita. Seria mais saudável para a economia brasileira se o governo fizesse um ajuste fiscal com corte estrutural de despesas, em vez de insistir nessa rotina para cumprir obrigações legais.

A MP 1303 poderia ter pontos meritórios, como o aumento da taxa de apostas de 12% para 18%. A questão principal, no entanto, é que foi editada para substituir a elevação de alíquotas do IOF, a tentativa anterior de obter mais receitas para cumprir o arcabouço fiscal, rejeitada pelo Congresso e levada ao Supremo Tribunal Federal.

Sendo justo, a ampliação dos gastos públicos não tem sido exclusiva do governo, como já falei em outras colunas. Na semana passada, por exemplo, a Câmara aprovou um projeto que torna efetivos agentes de saúde temporários e afrouxa regras para aposentadorias desses profissionais. O custo inicial é estimado em, no mínimo, R\$ 20 bilhões. O projeto vai no sentido contrário da reforma da Previdência e do que propõe a reforma administrativa em tramitação na Câmara.

A estratégia de ampliar gastos e correr em busca de novas receitas via tributação ou de fazer bloqueios e contingenciamentos pontuais tem limites. O principal efeito do aumento de gastos é alimentar a **inflação**. A única forma de mudar isso de forma consistente e saudável é conter gastos.

Vou ficar em apenas um benefício de o governo fazer um ajuste fiscal: proporcionar condições para a queda da taxa de juros. As despesas do governo têm sido um fator determinante tanto na expansão do **PIB**, quanto na **inflação**. Dados do relatório Focus mostram que a **inflação** segue acima da meta. O presidente do BC, Gabriel Galípolo, disse na semana passada que não há sinais de **inflação** dentro da meta antes de 2028. Isso significa que a taxa de juros tende a permanecer onde está - 15% ao ano - por algum tempo.

Reduzir gastos proporcionaria redução da **inflação**,

queda dos juros e pouparia o governo da necessidade de buscar receitas ininterruptamente. Já tratei disso aqui: se a política fiscal é expansionista, a política monetária tem de ser contractionista para manter a **inflação** sob controle, o que significa juros mais altos. A situação ideal, que tivemos na maior parte dos dois primeiros governos do presidente Lula, é de política fiscal e monetária na mesma direção. Quando fizemos isso, o Brasil cresceu em média 4% ao ano, criou mais de 10 milhões de empregos e 40 milhões de brasileiros saíram da pobreza.*

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Tensão fiscal abala moedas fortes e reforça apelo do ouro

Victor Rezende De São Paulo

Depois de meses em que os mercados de câmbio pareciam ancorados em um dólar mais fraco, as moedas de países desenvolvidos encararam, na semana que passou, uma desvalorização acentuada. No centro das atenções, esteve a política fiscal mais expansionista em diversas economias - sobretudo Japão e França. Como resultado, o ouro disparou e ultrapassou a marca de US\$ 4 mil, o que, para alguns participantes do mercado, sugere prudência adicional.

Preocupações com a condução da política fiscal nos mercados desenvolvidos geraram cautela com a consequente erosão do valor de moedas fiduciárias, como euro e iene, após os desdobramentos políticos no Japão e na França. Nesse contexto, participantes do mercado começaram a debater o "debasement" (desvalorização acentuada) que afetou essas moedas e a fuga para o ouro, o único ativo que tem sido visto pelos investidores como porto seguro, junto a outros metais preciosos, como a prata.

A desvalorização de euro e iene provocou, como consequência, uma apreciação do dólar na semana, "o que forçou o mercado a se desfazer parcialmente de posições vendidas na moeda americana e a reavaliar o custo do carregamento negativo, já que os juros americanos ainda estão entre os mais altos das moedas do G10", como nota o estrategista Kenneth Broux, do So-ciété Générale. Assim, o ouro foi visto como a principal alternativa.

"Temos visto um 'debasement' generalizado de moedas", observa o gestor Bruno Marques, dos fundos multimercado da XP Asset Management. "A despeito do cenário de crescimento com um Fed mais 'dovish' [propenso a juros mais baixos], há uma certa exaustão do movimento de desvalorização do dólar. Acho que um pouco disso é porque as moedas não têm apresentado um cenário magnífico, há uma piora generalizada do ambiente de expansão fiscal e, em parte, há um cansaço natural depois do movimento forte ao longo dos últimos meses [de enfraquecimento do dólar]", afirma.

Durante o "call" mensal da XP Asset, Marques avalia que a valorização "fortíssima" do ouro e do bitcoin é um dos sinais da erosão do valor das moedas. "É onde parece que o mercado está se escondendo. O ouro

teve a maior alta em décadas e continua muito forte. E isso nos preocupa um pouco porque parece que existe uma saída generalizada dos ativos... É uma proteção contra o 'debasement' fiscal que estamos vendo no mundo. Isso aciona um sinal amarelo."

Na visão do estrategista-chefe de câmbio e de mercados emergentes do Goldman Sachs, Kamakhya Tri-vedi, os ajustes observados nos mercados globais de câmbio na semana passada "parecem refletir a interseção entre o aumento das dúvidas sobre o 'trade' do dólar e os desdobramentos da recente e significativa surpresa vinda do Japão". Isso porque, para ele, mesmo países com condições fiscais sólidas, como Noruega e Suécia, observaram uma desvalorização de suas moedas na semana passada.

"E, embora o Japão tenha fornecido o estopim inicial, não é óbvio que o país devesse ser o maior perdedor em um mercado guiado por temas fiscais", enfatiza Trivedi, ao apontar que o déficit primário ainda é controlado e o PIB nominal mais forte contribui para melhorar a sustentabilidade da dívida.

O Goldman Sachs, assim, continua a apostar em um ambiente de dólar mais fraco - e avalia que a reação do mercado às novas ameaças tarifárias contra a China "é consistente com a nossa leitura de redução do apelo dos ativos americanos denominados em dólar".

Site: <https://valor.globo.com/impresso>